



ACÓRDÃO Nº2006/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº11748/2021.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Secretaria de Estado Das Cidades e Territórios – SECT (Antiga SPF)
- 4- **Exercício:** 2020.
- 5- **Responsável:** Ricardo Luiz Monteiro Francisco (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Não Possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 3728/2023-DIMP, Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Secretaria de Estado das Cidades E Territórios – SECT (Antiga SPF). Exercício de 2020.

*Irregularidade. Multa. Revelia. Determinação.
Ciência. Arquivamento.*

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas da Secretaria de Estado das Cidades e Territórios - SECT, sob a responsabilidade do **Sr. Ricardo Luiz Monteiro Francisco**, no curso do exercício 2020, por grave infração à norma legal, na forma do art. 308, VI, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, pelas restrições 01 e 02, inseridas na Notificação 014/2023-DICAD (fls. 869/870), Notificação nº 015/2023-DICAD (fls. 867/868) e Notificação nº 013/2023-DICAD (fls. 871/872);
- 10.2. **Aplicar Multa** ao **Sr. Ricardo Luiz Monteiro Francisco** no valor de **R\$ 13.654,39 (treze mil seiscientos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos)**, por grave infração à norma legal, na forma do art. 308, VI, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, pelas restrições 01 e 02, inseridas na Notificação 014/2023-DICAD (fls. 869/870),



ACÓRDÃO Nº2006/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

Notificação nº 015/2023-DICAD (fls. 867/868) e Notificação nº 013/2023-DICAD (fls. 871/872), e fixar prazo de 30 dias para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

- 10.3. Aplicar Multa ao Sr. Ismael da Costa Silva no valor de R\$ 13.654,39 (treze mil seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos), por grave infração à norma legal, na forma do art. 308, VI, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, pelas restrições 01 e 02, inseridas na Notificação 014/2023-DICAD (fls. 869/870), Notificação nº 015/2023-DICAD (fls. 867/868) e Notificação nº 013/2023-DICAD (fls. 871/872), e fixar prazo de 30 dias para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder,**



ACÓRDÃO Nº2006/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

10.4. Aplicar Multa à Sra. Zayra Tays Albuquerque da Silva no valor de **R\$ 13.654,39 (treze mil seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos)**, por grave infração à norma legal, na forma do art. 308, VI, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, pelas restrições 01 e 02, inseridas na Notificação 014/2023-DICAD (fls. 869/870), Notificação nº 015/2023-DICAD (fls. 867/868) e Notificação nº 013/2023-DICAD (fls. 871/872) e fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

10.5. Considerar revel a Sra. Zayra Tays Albuquerque da Silva por permanecer silente diante da notificação da Corte de Contas;

10.6. Determinar à atual gestão da SECT que:
Mantenha transparência ativa e regular, no sítio eletrônico da SECT, aos atos de gestão, especialmente:

10.6.1. todas as informações relativas aos processos de regularização fundiária, dos respectivos títulos expedidos, dimensão, limites e confrontações, bem como a qualificação de seus beneficiários, e os atos relativos à desapropriação de bens e indenizações expropriatórias;



ACÓRDÃO Nº2006/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 10.6.2. de cada contrato administrativo e convênios, contendo os respectivos editais, contratos, dados sobre o Fornecedor (CNPJ, nome, etc.), modalidade, com descrição detalhada do objeto, bem como das Notas de Empenho e dos responsáveis pela fiscalização do contrato;
- 10.6.3. do quadro de funcionários, com seus respectivos cargos, bem como sua remuneração;
- 10.6.4. de forma tempestiva e atualizada e por fim informações acerca da execução de suas despesas e
- 10.6.5. situação e destinação das terras públicas estaduais, sob processo de discriminação (arrecadação) e as já registradas, com referência às respectivas matrículas;
- 10.6.6. Apresentar, em prazo razoável, estudo e planejamento à Corte de Contas, no sentido de priorizar e garantir a destinação das glebas estaduais matriculadas, de acordo com a sua vocação socioambiental, vedada a benesse a grilagem por pessoas de má-fé não amparadas por moratória legal e que tenham cometido ilícitos ambientais.

10.7. Dar ciência ao Sr. Ricardo Luiz Monteiro Francisco e seus patronos da decisão da Corte de Contas;

10.8. Dar ciência ao Sr. Ismael da Costa Silva e seus patronos da decisão da Corte de Contas;

10.9. Dar ciência à Sra. Zayra Tays Albuquerque da Silva e seus patronos da decisão da Corte de Contas;

10.10 Arquivar o processo após cumpridos os trâmites processuais e regimentais.

11- Ata: 33ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 26 de Setembro de 2023

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente- não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto e Luis Fabian Pereira Barbosa.

13.1. Auditor presente e Relator: Alípio Reis Firmo Filho.

Publicado no Diário Eletrônico do
TCE/AM,

Edição Nº _____

De ____/____/____



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

Pág. 5

ACÓRDÃO Nº2006/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO
Auditor-Relator

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral

Este documento foi assinado digitalmente por ALÍPIO REIS FIRMO FILHO em 16/10/2023.
Para conferência acesse o site <http://consulta.tce.am.gov.br/spede> e informe o código: F28A810B-48F-2E3E6-1BFE04EC-4FB9D128